

ATA N.º 7

7.ª Assembleia Regional Ordinária da Secção Regional do Centro da Ordem dos Arquitectos

10.01.2026

Casa das Caldeiras, Coimbra

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas 9:30 horas, no edifício da Casa das Caldeiras, em Coimbra, deu-se início à 7.ª Assembleia Regional Ordinária dos Arquitectos inscritos na Secção Regional do Centro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Aprovação da Ata da Assembleia Regional de novembro de 2024;**
- 2. Apreciação e aprovação do Plano de Atividades para 2026;**
- 3. Outros Assuntos de interesse para a Secção.**

À hora marcada, não se encontravam presentes, pelo menos, metade dos membros efetivos com inscrição em vigor e no pleno exercício dos seus direitos, pelo que, nos termos do n.º 6 do artigo 16.º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos, a reunião teve início uma hora depois, com a presença de 19 membros e 2 membros a assistir à sessão por via telemática, embora, à hora inicialmente prevista para o início da reunião, se encontrassem ligados 4 membros e tivessem sido efetuadas 8 inscrições para assistir nessa modalidade.

A sessão foi presidida por António Maria Emídio Garcia da Costa, coadjuvado por Sofia da Silva Vieira Carvalho Araújo e por Alfredo Miguel Neves Rodrigues Gaspar.

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional do Centro deu início à reunião, às 10:35 horas, saudando os membros, agradecendo a sua presença, bem como a dos membros que assistiam à sessão por via telemática. Pediu consentimento para gravação áudio da sessão e, como ninguém se pronunciou, deu-se início à gravação. Procedeu à leitura das condições previstas para o acompanhamento dos trabalhos por via telemática, conforme constava na Convocatória enviada. De seguida, enunciou a Ordem de Trabalhos e, dando início ao Ponto n.º 1, passou a palavra à Secretária da Mesa, para que esta procedesse à leitura da Ata Final detalhada relativa à 6ª Assembleia Regional Ordinária, havida a 23 de novembro de 2024. Após a leitura da Ata, o Presidente da Mesa tomou a palavra, agradecendo aos membros pela atenção prestada e colocou a Ata a votação, tendo a Ata sido

aprovada com quinze votos a favor, três abstenções e zero votos contra, assinalando-se que um dos membros já não se encontrava presente na sala aquando da votação, e que as 3 abstenções decorreram de membros que não se encontravam presentes na referida Assembleia.

De seguida, e passando para o Ponto nº 2 da Ordem dos Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Diretivo Regional, para que este procedesse à apresentação do Plano de Atividades para 2026.

O arquiteto Florindo Belo Marques começou por saudar os presentes e agradecer à Mesa o momento trazido no ponto anterior, referindo ter sido pertinente por reavivar a memória do volvido. De seguida, agradeceu aos membros a sua presença na 3ª reunião e última AR Ordinária deste mandato, assinalando a progressão desta estar, finalmente, a ser transmitida por via telemática, contudo, ainda sem possibilitar a participação efetiva dos membros que assistiam online, devido às limitações técnicas e logísticas que não permitiriam assegurar o cumprimento pleno do Regulamento Geral de Proteção de Dados, mas afiançando perseguir o objetivo de suprir esses condicionamentos para garantir essa participação efetiva.

Fez lembrar que o ano iria ser marcado pelo período eleitoral, situação que poderia condicionar a execução das atividades previstas, visto o Plano de Atividades ser adstrito aos 4 trimestres. Informou que o calendário eleitoral ainda não se encontrava decidido, aguardando-se a aprovação, em Assembleia de Delegados, do Regulamento Eleitoral, com vista à sua adequação ao Estatuto, decorrente das alterações ao regime de eleição do Conselho de Disciplina Nacional, do Conselho de Supervisão e do Conselho de Disciplina Regional.

Anunciou a intenção de, nesta parte final do mandato, consolidar o trabalho desenvolvido nos dois anos anteriores, os quais teriam sido de conhecimento, de organização e de alinhamento de ideias, e que as ações de 2025 teriam ficado plasmadas em encontros, exposições, debates, sessões abertas, produção de documentos, promoção de esclarecimentos e assistência a municípios, pretendendo fazer dos problemas a oportunidade para estabelecer e reforçar a coesão da classe.

Informou que a sua intervenção iria ser complementada pela intervenção da Tesoureira da Secção, a arquiteta Diana Bela Novo, para apresentar o capítulo da Gestão Financeira do Plano de Atividades. Iniciou a apresentação do Plano de Atividades pelo capítulo da Gestão Administrativa, afirmando que para 2026, perseguia o objetivo da reestruturação interna e de consolidação dos Recursos Humanos e dos fluxos de trabalho. Referiu a necessidade de reforçar continuamente a organização interna da Secretaria, a formação dos funcionários, perseguindo o objetivo da simplificação, uniformização e desmaterialização dos procedimentos para incremento do serviço prestado. Relativamente aos

Recursos Humanos, anunciou estar em curso, pela primeira vez, o Sistema de Avaliação da Ordem dos Arquitectos, designado como SADOA.

Revelou terem sido lançados dois procedimentos, no final de 2025: um para a contratação de um Assistente Administrativo, que já teria produzido efeitos, com o início de atividade, na semana passada, da Patrícia, presente e a apoiar esta Assembleia; e outro, ainda a decorrer, para um (a) Arquiteto(a), para os serviços de Apoio à Prática.

Salientou que a Secção Regional do Centro perseguia, desde o início do mandato, o objetivo da sua independência relativamente aos Serviços Partilhados, ainda em vigor na Ordem dos Arquitectos, e que nesta altura se debatia a sua eventual extinção, uma vez que se previa atingir a autossuficiência, nomeadamente, da Admissão e do Apoio à Prática.

Relativamente à Encomenda, referiu que iria ser dada continuidade à monitorização e divulgação dos concursos lançados por entidades sem o apoio da Ordem dos Arquitetos, na área geográfica afeta a Secção Regional. Revelou estarem em desenvolvimento procedimentos resultantes de assessorias contratadas em 2024/25, nomeadamente com os municípios de Castelo Branco, Guarda e Figueiró dos Vinhos, que se pretendem concluir em 2026.

Quanto à Premiação, fez saber que continuaria a incentivar, junto das autarquias, a criação de novos prémios de arquitetura. Anunciou que este ano seria lançado, um novo prémio, em Castelo Branco, com o apoio da SRC, designado por Prémio Municipal de Arquitetura Pires Branco. Enunciou os prémios, de periodicidade bienal, que tiveram edição no ano passado, referindo, por último, a disponibilidade da Secção para apoiar e divulgar os prémios, bem como para apoiar na atualização da forma e conteúdo dos Regulamentos.

Passando para a Formação, salientou que esta se assumia como um eixo estratégico fundamental para o desenvolvimento profissional contínuo dos seus membros, esclarecendo que a responsabilidade pela implementação da formação teria passado a ser atribuída às Secções Regionais, enquadrando-se num modelo único e nacional – o Plano Único de Formação. Revelou que 2025 teria sido marcado por um aumento do número de ações, exigindo um reforço da equipa técnica. Nesse sentido, informou ter sido contratada uma coordenadora de formação, por deliberação do Conselho Diretivo Nacional, a funcionar na Secção Regional do Centro, mas dirigida a todas as Secções Regionais. Informou ainda que, no decorrer do ano, a equipa seria reforçada com a contratação de um novo Administrativo. Enunciou as prioridades para a Formação, em 2026, e o

conjunto de medidas específicas orientadas para a adequação da oferta formativa, conforme plasmadas no documento.

Relativamente à Admissão, destacou que a receção e integração dos novos membros desempenhariam um papel fundamental, exigindo a atenção da Secção Regional. A exemplo do ano transato – cuja cerimónia, lembrou, ter ocorrido a 31 de maio de 2025, no Salão de São Tomás, no Seminário Maior de Coimbra –, salientou que se pretendia que este ano a Cerimónia de Receção aos Novos Membros permanecesse como um momento estruturante da intervenção da Ordem, promovendo proximidade, conhecimento e um primeiro contacto direto com os órgãos regionais e nacionais. Revelou os dados da situação atual dos membros, conforme constam no Plano, com base no quadro oficial, atualizado em setembro do ano passado. Enunciou ainda os Objetivos e Prioridades para 2026, conforme plasmados no documento. Fez ainda notar que este seria um dos pelouros onde se pretenderia ter autossuficiência, deixando a dependência, que ainda acontece, em sede de serviços partilhados, com a Secção Regional do Norte.

Sobre a Prática Profissional, salientou que o serviço de apoio prestado aos membros constituía um dos pilares fundamentais da instituição, enunciando os mesmos e a previsão das ações que se contemplariam alcançar no presente ano, resumindo sinteticamente o constante no Plano.

Quanto à Cultura, enfatizou que a principal prioridade da Secção seria o reforço da ligação e a proximidade aos membros, com ações e iniciativas descentralizadas, elencando, sucintamente, cada um dos eventos e atividades para 2026, conforme previstos no Plano de Atividades. Deu especial ênfase ao FoRCOP, revelando que em 2026 a Secção Regional do Centro assumiria a Presidência da Comissão Permanente do Fórum, informando ainda das demais Ordens integradas na Comissão Permanente. Elencou cada uma das 15 ordens profissionais presentes na região Centro. Para 2026, enunciou que se pretendia reforçar o papel do Fórum na articulação interinstitucional e na promoção do diálogo entre as diferentes profissões, entendendo ser também uma oportunidade para afirmar a visibilidade da Ordem dos Arquitectos em geral e da Secção Regional em particular.

Informou que no ano transato a Secção Regional teria feito parte da Comissão Permanente do Fórum, resumindo os eventos ocorridos, entre os quais as jornadas de um Congresso subordinado ao tema *Inteligência Artificial* a 9/05/2025, realizado no convento São Francisco, e as jornadas trimestrais realizadas: a 27 de fevereiro, com a “Crise Interior da Democracia”, com José Pacheco Pereira; a 11 de abril, a Conferência da “Habitação, Direito Universal, Estado Social e Responsabilidades”, com Marina Gonçalves; a 5 de junho, a “Saúde, Acessibilidade, Qualidade e Sustentabilidade”, com Álvaro Beleza; a 10 de novembro de 2025, a “Educação - Pilar do Desenvolvimento e Cidadania”, com Fernando

Alexandre. Referiu ainda que, a 5 de setembro, teria sido promovido um debate com os candidatos à autarquia de Coimbra.

Relativamente ao programa para o mandato de 2026, informou que se iria realizar um Congresso a meio do ano, sob o tema “50 Anos do Poder Local em Portugal”, celebrando o facto da descentralização do poder político, iniciada após o 25 de abril de 74, ter constituído um marco importante da história do país. Destacou ainda os temas previstos para o ciclo de conferências trimestrais, informando das datas previstas, sublinhando que a sua realização poderia ser condicionada pelo calendário eleitoral.

Ainda em relação à Cultura, referiu o lançamento da Revista Intersecções, com data prevista para julho; o 2º Festival de Arquitetura FORMA, com início da ação, a confirmar, em maio; “Conversas de Obra”, a organizar em parceria com a empresa da área, sob a forma de formações *workshops* ou apresentações *online*, permitindo o esclarecimento de dúvidas dos participantes; revelou as Comemorações do Dia Mundial da Arquitetura, a acontecer ao longo do mês de outubro e onde a SRC organizará iniciativas de promoção da arquitetura e dos arquitetos da região junto da sociedade civil e das entidades regionais.

Sobre os Protocolos, revelou que ao longo de 2026 iriam ser aprofundados os esforços para estabelecer ou reafirmar os protocolos de colaboração com as instituições de ensino superior da região Centro que integram o curso de Arquitetura, nomeadamente, com a Universidade da Beira Interior e a Universidade de Coimbra.

Referiu a intenção de se reafirmar o Protocolo com o município de Castelo Branco, bem como de ser dada continuidade ao que já existe com a Rede de Aldeias Históricas de Portugal. Revelou ainda a intenção de formalizar a cooperação institucional com o *International Archive of Women in Architecture* (IAWA).

Deu especial destaque ao protocolo do terreno sito na Rua Pedro Monteiro, esclarecendo todos os trâmites havidos e detalhes sobre o assunto. Começou por referir que se tratava do local onde se iria implantar a futura sede da Secção de Regional do Centro da Ordem dos Arquitectos, informando que a escritura de cedência do direito de superfície à Ordem dos Arquitectos teria tido lugar no dia 21 de agosto de 2025, 22 anos depois de estabelecido um primeiro protocolo e 16 anos após o segundo, que teria revertido os direitos e deveres então estabelecidos quando o NARC ainda era a única estrutura local da Ordem, na região. Fez lembrar que teria sido constituído o direito de superfície gratuito, com vista à concretização do acordo do protocolo de colaboração, celebrado entre o município de Coimbra

e a Ordem dos Arquitectos, no dia 16 de setembro do ano 2010. Informou que o direito de superfície seria constituído pelo prazo de 70 anos, podendo ser renovado por um período de 25 anos, e que se destinaria, exclusivamente, para construção da sede da estrutura da Ordem dos Arquitectos na cidade Coimbra - que era na altura o Núcleo de Arquitectos da Região de Coimbra, agora Secção Regional – e de um Centro de Estágio, onde, referiu – citando o que teria sido vertido do protocolo de 2010, para a escritura –, será ministrada a formação profissional a arquitetos e arquitetos estagiários, incluindo áreas onde serão realizadas outras atividades que por lei sejam conferidas à Ordem dos Arquitectos, bem como áreas abertas à utilização da cidade. Com vista a suprir a necessidade de representação e funcionamento da Secção Regional do Centro, referiu que o município de Coimbra autorizaria a Ordem dos Arquitectos a instalar uma construção provisória no prédio objeto desta escritura, até se encontrarem reunidas as condições para iniciar a construção da sua sede.

Por forma a elucidar de forma rigorosa os membros, o Presidente do CDR citou as seguintes alíneas, constantes no protocolo: a) São obrigações da Ordem dos Arquitectos apresentar os projetos da construção, de serviços competentes, ao município de Coimbra, para sua aprovação, desencadeando os procedimentos de controlo prévio das obras de construção, da Sede ou de eventual estrutura provisória, no prazo máximo de 1 ano, a contar da data da presente escritura, obedecendo à legislação em vigor; b) a construção deverá ficar concluída no prazo de 5 anos, contados a partir da data da presente escritura; c) os prazos fixados nas alíneas anteriores poderão ser prorrogados por igual período, a pedido fundamentado pela Ordem dos Arquitectos e aceite pelo município de Coimbra.

Fez notar que as atuais sedes da Ordem se constituem em edifícios adquiridos, alugados ou cedidos, não existindo ainda nenhuma construção de raiz. Neste contexto, referiu que a Secção Regional do Centro, conjuntamente com a Nacional, iria proceder ao estudo de soluções alternativas que permitam entender a melhor forma de financiamento da intervenção, procurando reunir as condições necessárias para dar cumprimento aos compromissos assumidos e considerando todas as variáveis, não pondo de parte a possibilidade de instalação, em primeira fase, de uma estrutura provisória, prevista no capítulo Obrigações do Contrato estabelecido.

Revelou que a Câmara Municipal teria procedido, nos dois últimos dias, à limpeza e desmatagem do terreno, informando que, de seguida, se iria proceder ao levantamento topográfico, indispensável para a preparação do Programa Preliminar que definirá o Programa Base da futura Sede da SRC. Concluiu, referindo que este processo constituirá um passo estruturante para a concretização do equipamento destinado a reforçar a presença territorial da Ordem e a qualificar as suas condições de atuação.

Relativamente ao Arquivo, destacou a honra da Secção Regional do Centro ter recebido a doação do espólio profissional de dois colegas: do arquiteto Célio Melo Costa, em 2021, no âmbito da atribuição

do título de Membro Honorário da Ordem dos Arquitectos; do arquiteto José Pires Branco, também Membro Honorário da Ordem, tendo sido doado parte do espólio profissional do arquiteto à Secção Regional do Centro, em 2024, permanecendo a parte restante desse espólio em Castelo Branco.

Fez lembrar que em 2021 a SRC teria decidido promover a criação de um Arquivo, optando-se por um faseamento, e que em 2025 se teria promovido a centralização do acervo na Casa das Caldeiras, em Coimbra. Referiu que para 2026 se previa dotar o Arquivo de equipamentos e meios informáticos mínimos de apoio à organização, classificação e inventariação dos documentos, bem como proceder à aquisição de equipamento específico para a digitalização da documentação existente. Referiu ainda estar em estudo a possibilidade de se encontrar uma plataforma comum de organização e catalogação.

No que respeita à Comunicação, revelou que a estratégia regional continuaria a incluir os vários órgãos de comunicação social regional, jornais e rádios, onde se pretende transmitir a “voz dos arquitetos” sobre temáticas relevantes nas várias sub-regiões.

Enfatizou a importância da comunicação no contacto permanente com os membros, justificando a continuidade do investimento nos canais já existentes, informando que todos os suportes de comunicação continuarão a ser alvo de atualização, de acordo com as normas gerais da Ordem dos Arquitectos. Informou ainda que, em 2025, as redes sociais da SRC registaram um crescimento significativo no número de seguidores, revelando os dados que constam no Plano.

Voltando a referir-se à 1ª edição da Revista Intersecções, revelou que a SRC entendia esta iniciativa como sendo de grande impacto, para este ano e para este mandato, assumindo a vontade de reforçar a proximidade entre a Ordem, os Membros e sociedade civil. Informou que, em 2026, seria lançada a campanha “Sabia que...” que consistirá na divulgação, junto dos membros, da abrangência dos serviços prestados, reforçando o reconhecimento das atribuições estatutárias da Ordem dos Arquitectos. Informou ainda que este pelouro se encontrava atribuído ao Igor Costa, à Liliana Moniz e a si próprio.

Relativamente às Carreiras e à PIAAP (Plataforma Integrada de Arquitetos da Administração Pública), salientou a intenção da defesa e valorização da profissão no setor Público e que o objetivo central seria o reconhecimento e a valorização da carreira de arquiteto na Administração Pública. Entre as principais linhas de trabalho em desenvolvimento, destacou o levantamento e atualização de dados

dos arquitetos em funções públicas, a promoção do envolvimento ativo da comunidade profissional e o acompanhamento técnico e estratégico do processo nacional.

Sobre o ponto de situação, referiu que a Ordem dos Arquitectos já teria apresentado formalmente ao Governo e aos Grupos Parlamentares a proposta da Carreira Especial de Técnicos Superiores de Arquitectos na Administração Pública, com vista à sua inclusão no Orçamento de Estado para 2026, salientando que a proposta teria sido subscrita por mais de 1000 arquitetos em funções públicas, refletindo uma forte mobilização da classe. Contudo, referiu que até ao momento ainda não teria sido publicada legislação específica que consagrasse a criação efetiva da carreira especial, mas que se iria continuar a acompanhar. Para 2026, referiu que a Secção pretendia consolidar a PIAAP como plataforma de diálogo e representação dos arquitetos na Administração Pública, comprometendo-se a continuar a promover o envolvimento ativo dos seus membros, contribuindo para a consolidação de uma proposta robusta que reconheça o papel fundamental dos arquitetos na definição de políticas públicas, no planeamento urbano e territorial e na construção de um Estado mais qualificado, eficiente e orientado para o Serviço Público.

Referindo-se ao Conselho de Disciplina, descreveu a sua composição, as competências deste órgão, anunciando as atividades previstas para o ano de 2026 e ainda os objetivos gerais, conforme plasmados no Plano.

Concluiu a sua intervenção, dirigindo o seu reconhecimento a todos os membros que se quiseram envolver na composição do Plano de Atividades, endereçando ainda um agradecimento especial aos assessores, fazendo notar que sem a sua disponibilidade, generosidade e espírito de pertença não teria sido possível levar por diante o que se fez e o que ainda se pretende fazer, enfatizando o muito que ainda falta fazer.

Passou então a palavra à Tesoureira da Secção, para apresentar o capítulo relativo à Gestão Financeira, agradecendo a confiança e referindo que no seguimento da exposição da colega ficariam disponíveis para os esclarecimentos necessários.

A arquiteta Diana Bela Novo iniciou a sua intervenção saudando os presentes e referindo que iria enquadrar, de forma breve e clara, a lógica de Gestão Financeira que sustentaria as opções apresentadas no Plano de Atividades.

Salientou que a sua intervenção se centraria exclusivamente no enquadramento da Gestão Financeira do Plano e não numa análise detalhada de valores ou rubricas orçamentais, pretendo antes explicar o funcionamento da dinâmica financeira da Secção, os princípios que orientam a gestão e de que forma se assegura o equilíbrio, a transparência e a sustentabilidade na execução das atividades propostas.

Esclareceu que a Ordem dos Arquitectos funciona numa estrutura nacional única, com um orçamento global definido a nível nacional e regras comuns aplicáveis a todas as Secções Regionais, sendo a gestão financeira da SRCTR feita em articulação permanente com o Conselho Diretivo Nacional, garantindo coerência institucional e equidade entre regiões. Esclareceu ainda que, dentro deste enquadramento, a Secção Regional dispõe de autonomia de gestão operacional, permitindo adaptar a execução financeira às especificidades do território e às prioridades definidas no Plano de Atividades, sem comprometer a sustentabilidade global da Ordem.

Clarificou os princípios que orientam a gestão financeira da Secção Regional do Centro, referindo que estes garantem o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade do Plano de Atividades, permitindo uma gestão previsível e responsável, preservando, ao mesmo tempo, a capacidade de resposta institucional e garantindo o alinhamento com a estratégia financeira nacional da Ordem.

No que respeita à origem das receitas da Secção Regional do Centro, salientou que a principal fonte de financiamento resultaria das quotas pagas pelos membros, que representa a base estrutural da receita da Ordem, acrescentando que as joias de admissão constituem uma receita complementar, associada à entrada de novos membros, enquanto as restantes receitas têm um peso residual no conjunto do financiamento.

Fez notar que tal significaria que a sustentabilidade financeira da Secção dependeria, essencialmente, da estabilidade do universo de membros e da dinâmica de admissões e suspensões. Para enquadrar a forma como são construídas as estimativas para 2026, revelou a necessidade de olhar para a evolução nacional das admissões e suspensões nos últimos anos, uma vez que estes dados mostram que existe alguma variabilidade anual, influenciada por fatores conjunturais e por dinâmicas próprias do exercício profissional.

No caso das admissões, informou observar-se um crescimento em 2023 e 2024, sendo que os valores de 2025 refletiriam apenas dados parciais. Para 2026, a estimativa apontaria para uma recuperação, alinhada com a média dos anos anteriores. Relativamente às suspensões, informou verificar-se igualmente uma oscilação anual, com alguma sazonalidade, o que reforçaria a necessidade de uma abordagem prudente na projeção das receitas. Referiu que estes dados nacionais seriam utilizados como referência para construir estimativas realistas e responsáveis, evitando pressupostos excessivamente otimistas.

Depois de analisada a evolução das admissões e suspensões, explicou como esses dados seriam utilizados na construção da projeção orçamental para 2026. Esclareceu que as estimativas assentariam, em primeiro lugar, no número de membros com inscrição ativa, que constitui a base estrutural da receita da Ordem, e que a esta base se juntariam as variações expectáveis ao longo do ano, nomeadamente admissões e suspensões, consideradas de forma prudente.

Para garantir consistência e rigor, informou recorrer-se a dados históricos e nacionais como referência, evitando leituras isoladas ou conjunturais, sendo a opção seguida deliberadamente prudente e conservadora, refletindo as oscilações observadas nos últimos exercícios e privilegiando a estabilidade financeira e a sustentabilidade do Plano de Atividades.

Salientou que a gestão financeira da Secção Regional do Centro assentaria na sua base de membros e na dinâmica de inscrições, admissões e suspensões, enunciando os dados da SRC, atualizados a 30 de setembro de 2025. Observou que, a nível nacional, os dados apontariam para uma recuperação moderada das admissões em 2026 e um aumento controlado das suspensões, o que sustentaria uma abordagem prudente e responsável na construção do orçamento e na definição do Plano de Atividades. Acrescentou que, no âmbito da estrutura financeira da Ordem, uma parte das quotas pagas pelos membros seria afeta ao financiamento de serviços e estruturas de âmbito nacional, comuns a todas as Secções Regionais, entre os quais, os sistemas informáticos e plataformas digitais partilhadas, a contabilidade e o apoio jurídico centralizados, a formação certificada e a coordenação do Plano Único de Formação, o seguro de responsabilidade civil profissional e as estruturas nacionais de representação e funcionamento institucional.

Esclareceu que, deste modo, este modelo garantiria que todos os membros, independentemente da Secção Regional onde se encontram inscritos, teriam acesso aos mesmos serviços e condições, evitando duplicações, promovendo eficiência e assegurando coerência institucional. Salientou que a gestão financeira da Secção se desenvolvesse em articulação permanente com o Conselho Diretivo Nacional, e que o orçamento regional se enquadraria em orientações financeiras comuns a todas as Secções, garantindo critérios homogêneos, nomeadamente ao nível dos recursos humanos, do funcionamento e da organização dos serviços, salientando que essa articulação asseguraria a coerência institucional e equidade entre regiões, evitando assimetrias e permitindo alinhar a gestão regional com a estratégia nacional da Ordem, oferecendo ao mesmo tempo, previsibilidade e estabilidade, criando um enquadramento claro para a execução do Plano de Atividades da Secção Regional do Centro.

Referiu que a parcela das quotas afeta à SRC se destinaria a assegurar o funcionamento regular da Secção e a proximidade aos membros no território, e que esta dotação permitiria financiar os recursos humanos e o apoio administrativo, garantir o atendimento, os processos de admissão e o acompanhamento dos estágios, bem como, desenvolver ações de formação e iniciativas de âmbito regional, incluindo ainda as atividades culturais, institucionais e de representação regional, que reforçam a presença da Ordem no território e a ligação direta aos seus membros.

Fez notar que a articulação entre a estrutura nacional e a estrutura regional permitia conjugar eficiência global com proximidade local, assegurando uma gestão equilibrada e sustentável, esclarecendo que a estrutura orçamental não seria apenas um modelo técnico, mas antes um instrumento de gestão, esclarecendo que seria esta estrutura que permitia garantir que o Plano de Atividades fosse exequível e financeiramente sustentável.

Referiu que, ao organizar o orçamento por áreas de atuação, permitia planejar a aplicação dos recursos, acompanhar a execução ao longo do ano e, sempre que necessário, ajustar opções, sendo que este modelo asseguraria a transparência, capacidade de controlo e coerência entre os objetivos definidos e os meios disponíveis.

Explicou que para garantir rigor, transparência e capacidade de acompanhamento, o orçamento da Secção Regional do Centro se encontrava organizado por centros de custo, e que a cada centro de custo corresponderia uma área concreta de atuação, permitindo planejar, organizar e monitorizar a aplicação dos recursos financeiros em articulação direta com o Plano de Atividades. Esclareceu que esta estrutura não traduziria prioridades isoladas nem decisões avulsas, representando uma metodologia de gestão que asseguraria coerência entre planeamento, execução e acompanhamento ao longo do exercício, e que seria neste enquadramento que se desenvolveriam as atividades da admissão, do apoio ao exercício da profissão, da formação, das iniciativas e da intervenção institucional da SR-CTR.

Referiu ainda que a utilização de centros de custo não seria apenas uma opção contabilística, mas antes, uma ferramenta efetiva de controlo e acompanhamento da gestão e que esta metodologia permitiria saber, de forma clara, onde os recursos estariam a ser aplicados, acompanhar a execução ao longo do ano e identificar desvios entre o planeado e o executado de forma atempada, sendo ainda um instrumento fundamental para reforçar a transparência, a responsabilização e a coerência entre o orçamento aprovado e as atividades efetivamente desenvolvidas.

Enfatizou que os centros de custo corresponderiam às principais áreas de atuação da Secção Regional do Centro permitindo enquadrar, de forma organizada, a aplicação dos recursos financeiros em articulação direta com o Plano de Atividades. Prosseguiu, referindo ser esta estrutura que asseguraria o funcionamento da Secção, o apoio institucional, a formação, o acompanhamento do exercício profissional e a intervenção pública estivessem claramente identificados enquanto áreas de atuação autónomas, mas integradas num mesmo modelo orçamental, sendo neste enquadramento que se desenvolveriam as atividades da SRCTR ao longo do ano, garantindo coerência entre os objetivos definidos e os meios disponíveis.

Observou que a gestão financeira da Secção Regional do Centro assenta em princípios claros e estáveis, que orientam todas as opções tomadas ao longo do ano, e que a transparência e a prestação de contas se assumem como um eixo central, garantindo que os recursos dos membros são aplicados de forma responsável, e que apesar do orçamento ser planeado anualmente, seria acompanhado de forma contínua, permitindo ajustar a execução sempre que necessário, sem comprometer o equilíbrio financeiro.

Referiu que a sustentabilidade financeira se assumia como um princípio estruturante, assegurando que as decisões de hoje não colocariam em causa a capacidade de resposta futura da Secção, sendo todo este processo desenvolvido em articulação permanente com o nível nacional, garantindo coerência, rigor e cumprimento das regras comuns da Ordem.

Em síntese, concluiu que a gestão financeira da Secção Regional do Centro assenta numa estrutura simples, transparente e bem definida, salientando que as quotas constituem a principal fonte de financiamento e que são geridas num modelo nacional solidário, que assegura serviços comuns e, em simultâneo, proximidade regional, referindo que existe um equilíbrio claro entre a eficiência da estrutura nacional e a capacidade de resposta da Secção no território e que toda esta gestão se encontra orientada para a sustentabilidade financeira, garantindo estabilidade no presente e capacidade de resposta futura, rematando ser este enquadramento que sustenta o Plano de Atividades apresentado.

Terminada a intervenção da Tesoureira do CDR, o Presidente da Mesa tomou a palavra, agradecendo a apresentação do Plano e deu a palavra aos membros, para que estes pudessem colocar alguma questão. Como ninguém se pronunciou, o Presidente da Mesa colocou à votação o Plano de Atividades para 2026, tendo este sido aprovado por unanimidade, com 18 votos a favor, uma vez que um dos membros se encontrava ausente.

De seguida, o Presidente da Mesa passou para o Ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos, relativo a Outros Assuntos de interesse para a Secção. Como ninguém se pronunciou e nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às 12:11 horas, tendo sido lavrada a Ata Minuta, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Regional do Centro.

A presente Ata Final procede à descrição com maior detalhe dos assuntos tratados na presente Assembleia, sumariamente descritos e aprovados na Ata em Minuta.

António Maria Costa, PRESIDENTE

Sofia Carvalho Araújo, SECRETÁRIA

Alfredo Miguel Gaspar, SECRETÁRIO